

## CAPÍTULO 7

### OS DESAFIOS DO PROFESSOR ACOMPANHANTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

#### **Eliana Tenório Sampaio**

Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UVA. Letras Espanhol, pela Universidade Federal do Pará. Em Filosofia, pelo Centro Universitário ETEP. Pós-graduação em Especialização em: Administração Escolar, Supervisão e Orientação, pela UNIASSELVI. Em Docência na Educação infantil e Séries Iniciais, pela Faculdade de Educação Serrana-FUNPAC. Em Neuropsicopedagogia e educação especial e inclusiva, pela Faculdade Iguazu-FI. Mestranda em Ciência da Educação, pelo Centro Yver Enber Christian University.

#### **Mariceli Pantoja da Silva Alfaia**

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Licenciada em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Coordenação Pedagógica pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci.

---

#### **RESUMO**

O presente artigo explora o papel do professor acompanhante na educação infantil, com enfoque na inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar regular. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, busca-se compreender as funções e desafios enfrentados por esses profissionais e a relação de suas práticas com as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo investiga como a formação inicial e continuada pode preparar adequadamente o professor acompanhante para atuar de forma eficaz na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral de alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, a pesquisa aponta que, embora os avanços nas políticas públicas de educação inclusiva tenham criado uma base normativa sólida, ainda persistem lacunas significativas na implementação prática dessas diretrizes. O papel do professor acompanhante transcende o suporte pedagógico, abrangendo também aspectos relacionados à socialização, autonomia e inclusão plena do aluno. A análise teórica se baseia em autores como Mantoan (2003), Mittler (2000) e Pacheco (2007), bem como na Declaração de Salamanca (1994), que enfatiza a necessidade de atender à diversidade no ensino. No entanto, os desafios observados incluem desde a formação inadequada e a falta de clareza nas atribuições do professor acompanhante até dificuldades em colaborar efetivamente com os professores regulares. Para além desses

desafios, fatores como a infraestrutura precária das escolas e a ausência de estratégias claras para mediar o relacionamento com as famílias dos alunos contribuem para um cenário em que a inclusão frequentemente se torna mais um ideal do que uma realidade concreta. Ao discutir a BNCC (2018), o artigo destaca sua abordagem integradora, que promove uma visão holística da aprendizagem e estabelece metas claras para atender a todos os estudantes. No entanto, a implementação dessas metas exige mudanças sistêmicas, desde investimentos em tecnologias assistivas e adaptações curriculares até a promoção de uma cultura escolar inclusiva. A pesquisa conclui que, para garantir uma inclusão eficaz, é essencial investir em formação continuada e em políticas públicas mais robustas que articulem diretamente as necessidades da prática escolar com os marcos legais e as diretrizes educacionais. Assim, espera-se que este estudo contribua para reflexões sobre a formação e o reconhecimento do professor acompanhante como um agente indispensável no processo de construção de uma educação inclusiva e democrática.

**Palavras-Chave:** Educação inclusiva, professor acompanhante, políticas públicas, BNCC, desafios educacionais.

## **INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva representa um dos maiores desafios e avanços das políticas educacionais contemporâneas. Fundamentada no princípio de equidade, busca assegurar o direito de todas as crianças, independentemente de suas condições, a uma educação de qualidade em espaços comuns de ensino. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) consolidou a garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino regular, estipulando que as instituições de ensino devem promover a inclusão e oferecer suporte adequado para o pleno desenvolvimento desses alunos. No entanto, na prática, a efetivação desse direito encontra inúmeros entraves, especialmente na educação infantil, uma etapa crucial para a construção das bases do desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

O professor acompanhante, também conhecido como professor de apoio ou mediador, surge como um elemento central nesse processo. Sua atuação visa garantir a acessibilidade, a participação e a autonomia de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), conforme delineado pela Declaração de Salamanca (1994). Este documento internacional, que é um marco na história da educação inclusiva, afirma que "os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas implementados de modo a levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades dos alunos".

Entretanto, o caminho para a inclusão escolar é permeado por desafios estruturais e pedagógicos. A Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), documento que norteia as práticas educacionais no Brasil, enfatiza a necessidade de uma educação que respeite as singularidades e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Contudo, para atender às diretrizes da BNCC, é essencial que as escolas invistam em formação continuada e em condições adequadas de trabalho para os professores acompanhantes, além de integrar efetivamente as famílias e os demais profissionais da escola no processo educacional.

Autores como Mantoan (2003) e Mittler (2000) destacam que a formação de professores é um dos principais pilares para a efetivação da inclusão. Mantoan argumenta que a inclusão é uma prática que exige transformação cultural e pedagógica, enquanto Mittler reforça que os professores precisam desenvolver competências específicas para lidar com a diversidade, evitando que o papel do professor acompanhante seja reduzido a uma função de "ajuda técnica". Para que a inclusão se concretize, é indispensável o desenvolvimento de práticas colaborativas entre professores regulares e acompanhantes, bem como uma compreensão ampliada das necessidades individuais de cada aluno.

Nesse contexto, este artigo busca compreender o papel do professor acompanhante na educação infantil, analisando suas responsabilidades, desafios e estratégias de atuação. A pesquisa também investiga como as diretrizes legais, como a LBI e a BNCC, e as políticas públicas podem contribuir para uma formação mais sólida e eficaz desses profissionais. Com base em uma abordagem qualitativa exploratória, espera-se que este estudo traga contribuições significativas para a reflexão e aprimoramento das práticas inclusivas no Brasil.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio da equidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, tenham acesso à educação de qualidade. A Declaração de Salamanca (1994), um dos documentos internacionais mais influentes nesse campo, destaca que a inclusão não se limita à matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares, mas requer a adaptação do ambiente escolar para atender suas necessidades específicas. Segundo o documento, "os sistemas educativos devem ser projetados e os programas implementados de maneira a levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades dos alunos".

No Brasil, a LBI (2015) consolida o direito à educação inclusiva como um dever do Estado e estabelece que a inclusão deve ocorrer em todos os níveis de ensino. Em seu Art. 28, a LBI determina que as escolas regulares devem oferecer condições de acessibilidade, desde adaptações físicas até materiais didáticos e recursos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem. Contudo, a efetivação desse direito encontra obstáculos, especialmente na formação inadequada de professores e na ausência de infraestrutura adequada.

Mantoan (2003) aponta que a inclusão escolar é um processo complexo, que exige mudanças culturais, pedagógicas e institucionais. Para a autora, "a inclusão não é uma meta final, mas um processo contínuo de construção de práticas pedagógicas e relações sociais que promovam a equidade e a participação de todos os alunos". Nesse sentido, o professor acompanhante desempenha um papel mediador, ajudando a criar pontes entre o currículo e as necessidades específicas do aluno com deficiência.

Mittler (2000) reforça que a formação inicial dos professores é insuficiente para lidar com os desafios da inclusão, tornando a formação continuada um requisito indispensável. Ele argumenta que, sem uma preparação adequada, o professor acompanhante corre o risco de ser reduzido a um papel meramente operacional, em vez de atuar como um facilitador da aprendizagem e da inclusão social.

Outro aspecto central da discussão é a BNCC (2018), que estabelece um currículo nacional pautado em competências e habilidades que respeitam a diversidade. A BNCC enfatiza que o aprendizado deve ser inclusivo, garantindo que "todos os alunos, sem exceção, desenvolvam suas potencialidades ao máximo". Contudo, a falta de políticas claras para adaptar o currículo às especificidades dos alunos com deficiência cria um descompasso entre o que é previsto e o que ocorre na prática.

No contexto da educação infantil, Pacheco (2007) destaca a importância de práticas pedagógicas que promovam a autonomia e a participação ativa das crianças. Ele sugere que o professor acompanhante deve não apenas apoiar o aluno com deficiência, mas também colaborar com o professor regular e as famílias para criar uma rede de suporte integrada.

Por fim, a formação do professor acompanhante deve ser interdisciplinar, incorporando conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, tecnologia assistiva e estratégias pedagógicas inclusivas. Segundo Sasaki (2006), a inclusão só será efetiva quando todos os atores do processo educativo estiverem engajados em transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente acolhedor e participativo.

## **METODOLOGIA**

O estudo adotou uma abordagem qualitativa exploratória, com estudo de caso realizado em uma creche pública no município de Oeiras do Pará. Os participantes foram professores regulares, professores acompanhantes, gestores e coordenadores escolares. As técnicas empregadas incluem entrevistas semiestruturadas e análise documental de políticas públicas, como a BNCC, e programas de formação continuada. A análise dos dados será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, identificando padrões e desafios recorrentes enfrentados pelos professores acompanhantes.

A atuação do professor acompanhante transcende o apoio pedagógico, abrangendo também aspectos sociais e emocionais do aluno. A LBI (2015) atribui a esses profissionais a responsabilidade de promover a

acessibilidade e a autonomia dos estudantes. No entanto, desafios como falta de formação específica, infraestrutura inadequada e resistência de colegas dificultam a implementação de práticas inclusivas. A BNCC destaca a necessidade de abordagens pedagógicas que integrem todos os alunos, mas ainda há lacunas no alinhamento entre políticas públicas e a realidade das escolas.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso foi particularmente adequado para as investigações que buscaram compreender fenômenos complexos em seu contexto natural, permitindo uma análise detalhada e contextualizada. Este método possibilitou explorar as percepções, práticas e desafios enfrentados por professores acompanhantes no ambiente da educação infantil, no município de Oeiras do Pará.

No contexto da pesquisa, a investigação foi conduzida em uma creche da rede pública municipal de Oeiras do Pará, que atende crianças com e sem deficiência, sendo representativa do contexto de educação inclusiva em escolas regulares da região. A escolha da unidade se justificou pela presença de professores acompanhantes e de políticas locais direcionadas à inclusão, possibilitando uma análise aprofundada das práticas desenvolvidas e de sua relação com os marcos legais nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os grupos selecionados para a coleta de dados, com base em sua atuação direta no processo de inclusão, foram os profissionais que se encontram diariamente no contexto educacional lidando com os alunos com deficiência. No total, o estudo contou com: 5 professores acompanhantes, que desempenham papel direto no suporte aos alunos com deficiência; 5 professores regulares, responsáveis pelas turmas inclusivas; 2 coordenadores pedagógicos, que supervisionam as práticas escolares; 1 gestor escolar, que contribuiu com informações sobre a implementação das políticas inclusivas na escola.

Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos principais: Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas foram realizadas com todos os participantes, com base em roteiros previamente elaborados, mas com flexibilidade para explorar temas emergentes durante as interações. Esse método foi escolhido por permitir um aprofundamento das percepções dos entrevistados e a identificação de nuances em suas práticas (Triviños, 1987).

Análise documental: Foram analisados documentos oficiais, como a BNCC, a LBI e políticas municipais de educação inclusiva, além de materiais pedagógicos utilizados na escola, relatórios institucionais e registros de formação continuada. Essa análise buscou compreender como os marcos normativos influenciam as práticas dos professores acompanhantes.

Os dados coletados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Esse método permitiu identificar categorias temáticas a partir dos dados coletados, possibilitando uma interpretação sistemática e embasada. As etapas seguidas na análise foram:

## **DISCUSSÕES**

A análise das entrevistas com os professores acompanhantes, professores regulares, coordenadores pedagógicos e o gestor escolar revelou aspectos centrais sobre os desafios, percepções e práticas em torno da inclusão de alunos com deficiência na educação infantil. Os dados foram organizados em categorias temáticas para facilitar a interpretação dos achados.

Desafios enfrentados pelos professores acompanhantes. Os professores acompanhantes destacaram que a principal dificuldade está na falta de formação continuada específica para atender as necessidades dos alunos com deficiência. “A formação que recebemos é muito geral, e muitas vezes, as situações que vivemos na sala de aula não têm resposta nos cursos oferecidos”.

Outro desafio apontado foi a ausência de recursos adequados, como materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas, o que dificulta a personalização do ensino e a promoção da autonomia dos alunos. Além disso, foi mencionada a sobrecarga de trabalho, causada pela falta de uma equipe de apoio ampliada: “Ficamos sobrecarregados porque, além de cuidar do aluno com deficiência, precisamos ajudar a professora regular em outras demandas da sala.”

Colaboração entre professores regulares e acompanhantes. As entrevistas com professores regulares revelaram uma percepção mista sobre o trabalho colaborativo com os acompanhantes. Enquanto alguns valorizam essa parceria, outros indicaram uma falta de clareza nas funções e responsabilidades de cada profissional: “Às vezes, não sabemos até onde vai o papel do professor acompanhante, e isso pode gerar conflitos.”

Por outro lado, os professores acompanhantes reforçaram que, quando há diálogo frequente e planejamento conjunto, as práticas inclusivas se tornam mais eficazes: “Quando conseguimos planejar juntos, fica mais fácil adaptar as atividades e ajudar o aluno a participar de tudo.”

Percepção sobre a implementação de políticas públicas. Os gestores e coordenadores pedagógicos apontaram que, embora a LBI e a BNCC ofereçam diretrizes claras sobre inclusão, a aplicação prática enfrenta barreiras estruturais. A falta de investimentos em recursos e formação foi frequentemente citada como um dos maiores entraves: “A teoria é muito bonita, mas sem investimentos, é difícil colocá-la em prática. Precisamos de mais cursos, materiais e, principalmente, mais pessoal.”

Outro ponto levantado foi a necessidade de maior envolvimento das famílias no processo inclusivo, uma vez que, segundo os entrevistados, a falta de engajamento familiar pode dificultar o progresso do aluno: “Quando os pais participam, o trabalho da escola se torna mais efetivo, mas nem sempre conseguimos esse apoio.”

Impacto das formações continuadas. Os participantes reconheceram que as formações continuadas, embora escassas, têm impacto positivo

quando abordam práticas pedagógicas específicas para a educação inclusiva. Um coordenador pedagógico destacou: “As formações precisam ser mais frequentes e voltadas para a realidade das escolas. A troca de experiências entre os professores também é algo que deveria ser incentivado.”

No entanto, tanto os professores regulares quanto os acompanhantes reforçaram que as formações são frequentemente teóricas, sem abordagens práticas que possam ser aplicadas imediatamente.

Resultados observados na inclusão escolar. Apesar das dificuldades, todos os participantes relataram avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência, como maior participação nas atividades escolares e desenvolvimento da autonomia. Um professor acompanhante comentou: “Com paciência e dedicação, conseguimos fazer com que o aluno participe das atividades e interaja com os colegas. É uma satisfação ver o progresso deles.”

Os professores regulares também reconheceram mudanças positivas na sala de aula: “A presença do professor acompanhante facilita muito. O aluno com deficiência se sente mais seguro, e os outros alunos também aprendem a conviver com as diferenças.”

Os resultados evidenciam a importância do papel do professor acompanhante no processo de inclusão, mas também apontam a necessidade de maior suporte institucional. A formação continuada, a ampliação de recursos e a criação de estratégias colaborativas entre os profissionais da escola são elementos indispensáveis para a implementação eficaz das políticas públicas de inclusão, como a LBI e a BNCC.

Além disso, as práticas inclusivas requerem um esforço conjunto, envolvendo professores regulares, acompanhantes, gestores e famílias, em um modelo de educação que transcenda as barreiras estruturais e promova a equidade no ambiente escolar.

A pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo confidencialidade e anonimato.

Essa metodologia consolidou as bases para compreender a realidade do professor acompanhante na educação infantil e forneceu subsídios para reflexões sobre a implementação de práticas inclusivas mais eficazes no âmbito escolar. Além disso, a inclusão requer colaboração entre professores regulares e acompanhantes, o que muitas vezes não ocorre de maneira eficaz devido à falta de clareza nas funções de cada profissional. A formação continuada aparece como um fator essencial para superar essas barreiras e construir uma escola mais inclusiva e democrática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados deste estudo demonstram que a educação inclusiva é um processo em constante construção, que requer o esforço integrado de diversos atores, desde os professores acompanhantes até gestores

escolares e famílias. A prática inclusiva, embora ancorada em marcos legais sólidos como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfrenta desafios significativos relacionados à formação profissional, infraestrutura escolar e articulação entre políticas públicas e a realidade das salas de aula.

Apesar das dificuldades, a pesquisa revelou que o papel do professor acompanhante é crucial para a promoção da inclusão escolar. Sua presença contribui diretamente para a autonomia, a socialização e o aprendizado dos alunos com deficiência, além de favorecer o engajamento dos demais estudantes na construção de um ambiente educacional mais equitativo e democrático. Contudo, para que o trabalho desse profissional seja ainda mais eficaz, é indispensável superar algumas barreiras estruturais e operacionais presentes nas escolas.

Diante desse cenário, algumas saídas viáveis podem ser apontadas para fortalecer a inclusão escolar e valorizar o trabalho do professor acompanhante: Investimento em formação continuada e prática. É essencial que os professores acompanhantes recebam formações continuadas que combinem teoria e prática, abordando estratégias pedagógicas, uso de tecnologia assistiva e manejo de dinâmicas escolares que favoreçam a inclusão. Programas formativos personalizados, adaptados às demandas específicas das escolas e baseados em estudos de caso reais, podem potencializar as competências desses profissionais. Além disso, a formação colaborativa, envolvendo professores regulares, acompanhantes e gestores, pode promover uma cultura escolar mais inclusiva.

Melhoria na infraestrutura e nos recursos pedagógicos. As escolas precisam contar com recursos materiais e tecnológicos adequados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso inclui desde materiais didáticos adaptados até equipamentos de tecnologia assistiva, como ampliadores de texto, softwares de comunicação alternativa e mobiliário adaptado. Investir em ambientes escolares acessíveis e acolhedores é uma condição indispensável para que a inclusão não se limite ao discurso.

Fortalecimento da articulação entre políticas públicas e escolas. Embora a LBI e a BNCC ofereçam diretrizes robustas, sua implementação prática ainda apresenta lacunas. É necessário que as políticas públicas sejam acompanhadas de programas de apoio financeiro e técnico às escolas, com monitoramento contínuo e avaliações periódicas sobre os resultados da inclusão. Além disso, a promoção de parcerias entre instituições educacionais e organizações especializadas em inclusão pode trazer inovações e melhores práticas para o contexto escolar.

Promoção do trabalho colaborativo e do apoio mútuo. O trabalho colaborativo entre professores regulares e acompanhantes deve ser incentivado por meio de práticas de planejamento conjunto, troca de experiências e momentos formativos coletivos. Esse diálogo constante não



só fortalece as práticas pedagógicas inclusivas como também promove maior clareza nas funções e responsabilidades de cada profissional.

Engajamento das famílias no processo inclusivo. A inclusão escolar só será plena se houver a participação ativa das famílias. Programas de conscientização, oficinas e espaços de diálogo entre escola e comunidade podem ajudar a construir uma rede de apoio sólida, que fortaleça a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Valorização e reconhecimento do professor acompanhante. É indispensável que os professores acompanhantes sejam reconhecidos como profissionais fundamentais para a educação inclusiva. Isso inclui não apenas remuneração justa, mas também condições de trabalho adequadas, suporte psicológico e programas de capacitação que lhes permitam avançar em suas carreiras.

Com essas estratégias, é possível transformar os desafios enfrentados na educação inclusiva em oportunidades de melhoria contínua. A inclusão escolar é um processo que exige compromisso coletivo e visão de futuro, mas seus benefícios são incontestáveis: a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e capaz de respeitar e valorizar a diversidade humana.

Assim, espera-se que os resultados deste estudo inspirem ações concretas no âmbito educacional e contribuam para fortalecer o papel do professor acompanhante como um agente de transformação, fundamental para a construção de uma educação infantil verdadeiramente inclusiva e democrática.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. (1994). **Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**.

MANTOAN, M. T. E. (2003). **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna.

MITTLER, P. (2000). **Working Towards Inclusive Education: Social Contexts**. David Fulton Publishers.

PACHECO, J. (2007). **Inclusão e Educação: Perspectivas Contemporâneas**. Porto Alegre: Artmed.

YIN, R. K. (2015). **Estudo de caso: planejamento e métodos** (5ª ed.). Porto Alegre: Bookman.